Item - 213 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 371, de 2014, (Autógrafo nº 30765), vetado totalmente, de autoria da deputada Sarah Munhoz. Institui na rede hospitalar pública do Estado metas internacionais de segurança do paciente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de levantar a sessão, lembra a V. Exas. da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos. Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 02 minutos.

* * *

7 DE MAIO DE 2015
16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Encerra a discussão do PLC 28/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação ao PLC 28/15. Coloca em votação e declara aprovado o PLC 28/15, salvo emendas e partes destacadas. Coloca em votação agrupada e declara rejeitadas as emendas nºs 1, 2 e 3. Coloca em votação agrupada e declara rejeitadas as seguintes partes destacadas: a) a expressão "de ser fixada a Tabela I", constante do artigo 4º; b) os artigos 5º, 6º, 7º e 8º; e c) a Disposição Transitória. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Com 3 emendas. Parecer nº 463, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 464, de 2015, da Mesa, contrário às emendas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, há sobre a mesa o seguinte requerimento:

- requerimento para que a votação do Projeto de lei Complementar nº 28, de 2015, se dê na seguinte conformidade:

I. Projeto, salvo emendas e partes destacadas;

II. Emendas nos 1, 2 e 3, englobadamente;

III. Destacadamente:

a) a expressão "de ser fixada a Tabela I," constante do artigo 4o;

b) os artigos 5o, 6o, 7o e 8o;

c) a Disposição Transitória.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de método de votação.

Em discussão o Item I - Projeto, salvo emendas e partes destacadas. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em discussão o Item II - Emendas nos 1, 2 e 3, englobadamente. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado.

Em discussão o Item III - Destacadamente:

a) a expressão "de ser fixada a Tabela I," constante do artigo 4o;

b) os artigos 5o, 6o, 7o e 8o;

c) a Disposição Transitória.

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 03 minutos.

* * *

8 DE MAIO DE 2015
35ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e GILENO GOMES
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI
Comunica que deve estar presente em manifestação a favor do magistério estadual, hoje, na Avenida Paulista. Critica o Governo do Estado pelo tratamento dado à categoria em greve. Informa que decisão judicial proíbe descontos salariais e o corte do ponto dos professores. Lembra que a database do funcionalismo público estadual é dia 1º de março. Acrescenta que somente dez mil professores foram agraciados com o reajuste de dez por cento à remuneração. Afirma que a Procuradoria Geral do Estado não pode agir em apoio ao Governo, em detrimento da Educação. Comenta a exoneração do secretário de Segurança Pública do Paraná. Critica o governador Beto Richa por ordenar a atuação da Polícia Militar contra professores.

3 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Saúda as cidades de Itapecerica da Serra e São Luiz do Paraitinga pela data comemorativa de seus aniversários.

4 - CORONEL TELHADA
Comenta a designação de seu mandato para a Comissão de Direitos Humanos. Enfatiza que a defesa do cidadão é o trabalho da Polícia Militar. Tece considerações sobre notícia veiculada em blogue, a criticar seu nome para a referida Comissão. Informa que os PLs 600/15 e 605/15, ambos de sua autoria, são exemplos de seu trabalho em benefício dos Direitos Humanos.

5 - GILENO GOMES
Assume a Presidência.

6 - JOOJI HATO
Tece considerações a respeito da Segurança Pública. Lamenta cerca de 34 explosões de caixas eletrônicos, promovidas por criminosos, esse ano, em São Paulo. Alerta que adolescentes portam armas de numeração raspada e consomem drogas ilícitas. Afirma o compromisso em atuar ativamente na Comissão de Segurança Pública. Defende o projeto da redução da maioridade penal, em tramitação no Congresso Nacional.

7 - CORONEL CAMILO
Reflete sobre a criação da Frente Parlamentar de Segurança Pública, neste Parlamento. Considera que a intenção é elaborar propostas em benefício do setor. Agradece a seus pares e às autoridades que presenciam o lançamento da citada Frente. Clama aos cidadãos que participem das atividades desta Casa.

8 - CORONEL TELHADA
Noticia que deve atuar em cerca de seis Comissões. Comenta prisão de Policiais Militares supostamente envolvidos em chacina que vitimou 8 membros de torcida de agremiação de futebol. Acrescenta que, se o envolvimento for confirmado, que haja punição exemplar dos criminosos. Lamenta a postura do secretário de Segurança Pública do Paraná, por não defender a Polícia Militar. Lê e comenta manifesto da Feneme, Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, em apoio à instituição daquele Estado.

9 - CORONEL CAMILO
Para comunicação, solidariza-se com a Polícia Militar do Paraná. Argumenta que não compactua com a possível ação criminosa, de policiais, em chacina. Lembra que expulsara de seu comando cerca de 250 oficiais. Cita a Ouvidoria da Polícia Militar e Ministério Público como órgãos de suporte do cidadão.

10 - CARLOS GIANNAZI
Apoia os projetos de lei anunciados pelo deputado Coronel Telhada. Salienta que o governador do Paraná, Beto Richa, move o aparato militar contra os professores. Afirma que a autoridade age contra seus subordinados ao exonerá-los de seus cargos. Critica decisão judicial, em sede de liminar, que proíbe o acesso do povo à Assembleia Legislativa do Paraná. Ratifica sua presença, hoje, na Avenida Paulista, para participar da definição dos rumos do movimento grevista.

11 - CARLOS GIANNAZI
Repudia o ajuste fiscal promovido pelo Governo do Estado e pelo governo federal. Critica a aprovação da Medida Provisória 665, aprovada pela Câmara dos Deputados. Enfatiza que a regra dificulta o acesso de trabalhadores a direitos trabalhistas e previdenciários. Manifesta-se contrário à aprovação do PL 4330, que amplia a terceirização. Lista o que considera alternativas para não penalizar os trabalhadores, como a auditoria da dívida pública, por exemplo. Afirmou que espera a rejeição dos projetos citados, no Senado Federal.

12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE GILENO GOMES
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessões solenes a serem realizadas: hoje, às 20 horas, com a finalidade de "Dar Posse aos Conselheiros Eleitos para o Biênio 2015/2017, do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - Crosp"; e 11/05, às 10 horas, com a finalidade de "Comemorar o Dia do Policial Militar Feminino". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero comunicar a todos que dentro de alguns instantes irei para a Av. Paulista, onde será realizada uma grande manifestação, um grande ato, e uma grande assembleia do magistério estadual em defesa da escola pública e da valorização do magistério e contra a falta de investimento na escola pública estadual.

Quero aproveitar a oportunidade para rebater as críticas que o governador Geraldo Alckmin vem fazendo aos professores, críticas sem nenhum fundamento, críticas mentirosas. O governador mente abertamente pelos meios de comunicação de massa, com a complacência e blindagem dos grandes meios de comunicação, atacando covardemente os professores, atacando covardemente o Magistério estadual.

Ele declarou, ontem, que existia prevaricação em não cortar o ponto dos professores em greve. Os professores já estão em greve há 55 dias. Temos uma legislação federal, inclusive, uma Constituição que garante o direito de greve. E temos jurisprudência do Supremo Tribunal Federal proibindo o corte de ponto.

Ontem, os professores ganharam uma liminar na Justiça. Tenho a cópia do fundamento utilizado pela juíza da 4ª Vara da Fazenda Pública, Dra. Celina Toyoshima. Ela diz o seguinte: "A greve é um direito assim previsto pela Constituição Federal. Até que haja solução sobre a legalidade ou não do movimento, afigura-se prematuro o desconto salarial pelos dias de paralisação e de corte do ponto. Defiro, pois, a liminar. Arbitro a multa diária de cinco mil reais por dia de descumprimento." Está aqui a decisão judicial, proibindo o governador Geraldo Alckmin de, mais uma vez, tentar intimidar os professores com o corte de ponto, que é também uma forma covarde de atacar um movimento como esse do Magistério estadual.

E outras bobagens que o governador disse, por desinformação ou má-fé, como, por exemplo, falando que agora o reajuste será feito sempre em julho. Ora, temos a lei da data-base salarial, aprovada na Assembleia Legislativa, em 2006. A data-base salarial de todo funcionalismo público estadual, inclusive do Magistério, é no dia 1º de março. O governador mudou, sem alterar a legislação e sem combinar, sem discutir com os servidores do estado de São Paulo.

O governador fala do famoso reajuste que foi dado, um aumento que atingiu boa parte dos professores por meio da falsa meritocracia de reajuste de 10%, aquela prova de mérito, que, na verdade, só atingiu dez mil dos 220 mil professores. E os outros 210 mil professores da rede estadual?

Outra questão que gostaria de rebater é que o governador está usando a Procuradoria Geral do Estado (PGE) contra os professores. A PGE está entrando com uma ação na Justiça contra as manifestações dos professores, pedindo que a Apeoesp seja multada pelas manifestações em rodovias. A PGE não pode cumprir esse papel de governo, partidário. A PGE cumpre uma função importante de estado, e não de partido político. Ela está sendo partidarizada pelo PSDB no estado de São Paulo.

Ele disse também que a greve não tem sentido. É um absurdo o governador dizer isso. Como não tem sentido, com a escola pública do nosso estado degradada, com professores recebendo salários aviltantes, com professores categoria "O", com salas superlotadas, com violência nas escolas? A situação é de tamanha gravidade que todos conhecem. Hoje, os pais não querem mais matricular os filhos na rede estadual. Constantemente, apresentamos inúmeras fotos e vídeos das escolas sucateadas.

Nós frequentamos as escolas estaduais quase que diariamente. Conversamos com os pais, alunos, diretores, professores e pessoal do quadro de apoio. Por isso, sabemos - e a população também sabe - qual é a real situação da Rede Estadual de Ensino.

Portanto, o governador usa a mídia a que tem acesso. Ele é blindado pela grande imprensa e desinforma a população, fazendo uma propaganda enganosa contra os professores da rede estadual.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de informar a todos que o secretário estadual de Segurança Pública do estado do Paraná - aquele que organizou o massacre dos professores, em Curitiba, no dia 29 - foi afastado, foi exonerado do cargo. Recebemos essa notícia pela manhã.

Há uma grande crise no Paraná por conta do ajuste fiscal. Aquele massacre dos professores, aquele ato de repressão sanguinário promovido pelo governador Beto Richa, do PSDB, resultou em uma grande crise.

O comandante da Polícia Militar já entregou o cargo, o secretário estadual da Segurança Pública também. Só falta agora a saída do Beto Richa, que foi o mentor e mandante da repressão. Porém, ele é tão traidor que sacrifica os seus próprios aliados políticos. Se ele sacrifica os seus próprios aliados, nós imaginamos o que ele não faz com os seus adversários e, sobretudo, com o funcionalismo e com os professores.

Só falta o impeachment do Beto Richa. Afinal, governador que bate e manda espancar professor não pode ser governador. Servidor que exere cargo estratégico, como o de secretário da Educação ou de comandante da Polícia Militar, não pode exercer tais cargos com esse tipo de comportamento.

Faço as minhas homenagens àqueles 17 policias que não acataram as ordens do comando e não foram reprimir os professores. Esses devem ser anistiados. Espero que eles assim o sejam, porque o secretário de Segurança pública caiu, o secretário da Educação caiu e o comandante da Polícia Militar também caiu.

Caíram todos, só falta cair o Beto Richa. Espero que eles não sejam punidos. Governantes que espancam, mandam massacrar os professores, jogando a tropa de choque contra eles, não servem para governar, para serem governadores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência e os demais deputados têm a grata satisfação de parabenizar as cidades de Itapecerica da Serra e São Luís do Paraitinga, que aniversariam hoje. Desejamos a todos os seus cidadãos sucesso, qualidade de vida, saúde e segurança. Contem sempre com este deputado e com todos os parlamentares desta Casa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Fernando Cury. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia . (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos acompanha pelas galerias, telespectadores da TV Assembleia, agradeço a todos os que nos assistem.

Sr. Presidente, dentre os vários assuntos que pretendo trazer hoje, gostaria de começar com um que tem sido transmitido na internete e nas redes sociais, principalmente no facebook, qual seja, a nossa designação para uma das comissões desta Casa. Para aqueles que não sabem, fui designado para quatro comissões como titular e para outras duas como substituto.

Alguns jornais e sites estão preocupados com uma das minhas designações: fui designado para fazer parte da Comissão de Direitos Humanos. Até que enfim o pessoal começa a entender o que são Direitos Humanos. Agora, sim, vamos começar a cuidar da realidade dos Direitos Humanos aqui na Assembleia Legislativa. O PSDB indicou três deputados e um deles é este que vos fala.

Partidinhos de esquerda e pessoas que gostam de tumultuar estão preocupados com essa designação. Pois eu digo que eles terão que engolir e engolir atravessado. Eu estarei lá, sim, trabalhando e auxiliando os trabalhos da melhor maneira. E falo na cara de qualquer um que vier discutir: não existe maior defensor dos Direitos Humanos do que o policial militar.

Esse pessoal que vem aqui falar "lenga-lenga", com fala mole, com historinhas, não se apresenta na hora de enfrentar o problema. Quem vai defender o cidadão na rua é o "seu guarda", é o policial militar. Eu, com 17 anos, jurei sacrificar a minha vida, se preciso fosse, em defesa da vida de qualquer outra pessoa, mesmo sem a conhecer. Todos nós, policiais militares, fizemos isso ao ingressarmos na carreira. E pergunto a todos que me assistem: quem mais, dentre os que se preocupam com Direitos Humanos, é capaz de fazer isso? É a Polícia Militar.

Os que gritam por aí pelos Direitos Humanos estão mais preocupados em ganhar dinheiro com suas ONGs, com suas investidas. A preocupação do pessoal é financeira, todo mundo quer ganhar um dinheirinho. A nossa preocupação, ao contrário, é trabalhar pela população, é lutar pelo cidadão. Na nossa Comissão de Direitos Humanos, vamos falar das vítimas da violência, das forças de defesa que diariamente se sacrificam em prol da comunidade. Aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, vamos nos preocupar com os humanos e, principalmente, com os humanos direitos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Gileno Gomes.

* * *

Então, se alguém estiver se sentindo incomodado, eu digo que pode se sentir ainda mais, pois estarei lá e estarei trabalhando de maneira forte nessa comissão.

Hoje, o cidadão monta um "blogzinho" e acha que sabe das coisas, acha que pode falar muito. Teve um "blogzinho" que escreveu: "PSDB apoia a chacina de Richa no Paraná e indica Coronel Telhada para presidir a Comissão de Direitos Humanos de São Paulo". Os senhores podem ver a maldade. Em relação ao problema do Paraná, vou falar o que penso em seguida; em relação à designação do Coronel Telhada para a Comissão de Direitos Humanos, ele está designado e vai trabalhar, sim. Vai trabalhar intensamente.

Eu nem deveria fazer isso, mas como somos bonzinhos, daremos uma satisfação para que esses incautos fiquem quietos: só aqui nesta Casa, já temos dois projetos em andamento que visam os Direitos Humanos.

O primeiro é o Projeto de lei nº 600, de 2015, de autoria deste Coronel Telhada, que "dispõe sobre sanções administrativas aplicáveis em casos de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, compleição física ou deficiência, doença não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no estado de São Paulo". Olha o Coronel Telhada fazendo um projeto visando a discriminação em todos os sentidos! Aqueles que estão preocupados com os Direitos Humanos viram como o Coronel Telhada é bonzinho?

O outro é o Projeto de Lei nº 605, de 2015, de autoria deste Coronel Telhada: "Acrescenta o inciso VII no Art. 2º e altera o "caput" do Art. 3º da Lei 11.265, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro de acidentes pessoais coletivos em eventos artísticos, desportivos, culturais e recreativos com renda resultante de cobrança de ingressos".

Isso é resultado daquele problema que tivemos em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde houve aquele incêndio na Boate Kiss. Muitas famílias estão desesperadas até hoje, pois não só perderam seus entes queridos, como não receberam um tostão do estado para poderem arcar com seus problemas e suas dívidas pendentes. Essa é uma lei que já existe, mas que deixou de abranger uma série de situações. Estamos preocupados não só com os direitos das pessoas, em relação à discriminação, mas também com os problemas que possam advir de acidentes. Isso para o pessoal que gosta de me criticar, que, aliás, não me conhece. A propósito, criticar me dá ibope. Continuem criticando, por favor, porque enquanto estão me criticando estou saindo na Internet, nos jornais, fiquem à vontade para me criticar. Estou aqui para ser criticado mesmo. Para estar do lado desses indivíduos eu não teria concorrido à eleição. Então fui eleito justamente porque sou contra esses indivíduos, que, acredito, não estejam do lado do cidadão de bem. Eles estão do lado dos desordeiros, dos bagunceiros, do lado daqueles que não cumprem a lei. Mas eu não.

Eu, Coronel Telhada, estou do lado do cidadão que cumpre a lei, eu estou do lado das forças de segurança, eu estou do lado daqueles que gostam da coisa certa: da ordem e do progresso.

Portanto, fiquem à vontade, continuem criticando, por favor, e me engulam atravessado porque estou, sim, na Comissão de Direitos Humanos e lá continuarei.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Na Presidência.) Tem a palavra a nobre deputada Vanessa Damo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando Machado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, Coronel Telhada, sempre presente lutando pela segurança, uma área tão importante para a nossa cidade, o nosso estado, o nosso país.

Coronel, outrora tínhamos segurança. Caminhávamos pelas ruas sem sermos molestados.

Eu ainda moleque, menino lá no interior, não ouvia falar em explosão de caixa eletrônico, sequestro, estupro, assassinato. Quando acontecia, era algo que chocava a todo mundo. Hoje virou banalidade. Hoje matam, assaltam, explodem caixa eletrônico e parece que tudo é normal. Trinta e sete caixas eletrônicos estourados só neste ano, uma média de um a cada três dias.

Na zona norte, num posto de gasolina, 10 indivíduos em três carros chegam, explodem dois caixas eletrônicos e fogem, deixando espalhados sete mil reais pelas ruas do local. A explosão foi tão violenta que as vidraças foram parar do outro lado da rua.

Estou dizendo isso porque sou médico e meu objetivo é prolongar a vida, mas, infelizmente, não estamos prolongando a vida principalmente dos adolescentes.

Hoje vemos adolescente empunhando arma de numeração raspada, portanto, arma roubada contrabandeada, assaltando estuprando, cometendo delitos, assassinatos aqui na Vila Mariana, na Paulista, no Paraíso, é em todo lugar e sempre acompanhado de um maior, porque às vezes é o próprio maior que atira e culpa depois o menor. E assim vão fazendo cada dia mais vítimas dessa violência nefasta, regada de álcool. Os menores tomam bebida alcoólica, por isso, fiz a Lei Seca, a Lei Fecha Bar, a Lei do Silêncio.

Instalamos, ontem, a Frente Parlamentar Anticrack e Outras Drogas porque os menores se drogam. A Assembleia Legislativa de São Paulo está trabalhando. Pertenço à Comissão de Segurança, junto com o deputado Coronel Telhada. Se não tivermos segurança, não temos nada, nem saúde, porque a violência consome muitos recursos e vemos filas enormes de pessoas nos hospitais, nos prontos-socorros esperando o atendimento por falta de medicamentos e médicos. Na saúde, na educação e no esporte também não temos recursos.

Procuro sempre fazer leis para prevenção, para blitz, para o desarmamento. No Congresso Nacional tem um projeto para diminuir a maioridade penal. Não precisaríamos disso, se os nossos menores tivessem sido cuidados, mas, infelizmente, não foram e hoje estão assaltando, barbarizando, cometendo crimes hediondos. Então, temos que agir. Se não cuidarmos desses menores, pelo menos temos que coibir aqueles que praticam o delito.

Lembro-me do juiz Pelarin, de Fernandópolis, que fez um projeto. O Judiciário fez o projeto e não o Legislativo. Nós aqui é que temos que fazer esse projeto e tenho esse projeto aqui tramitando na Assembleia Legislativa. Mas o juiz Pelarin decretou, na cidade de Fernandópolis, Ilha Solteira e em outras cidades o "Toque de Acolher". Eu disse ao juiz Pelarin para não falar em recolher porque isso é pejorativo, mas em "Toque de Acolher", acolher os menores que estão em locais de exploração sexual, meninas e meninos, e acolher junto à sua família, junto aos órgãos competentes para direcioná-los ao melhor caminho.

Temos no Congresso Nacional esse projeto que acho importante nesse momento porque não podem ficar impunes marginais adolescentes que cometem crimes bárbaros. Eles são usados pelos marmanjos e muitos deles são vítimas.